INTERESSADA: Sibylla de Azevedo Ratto
ASSUNTO: Equivalência de estudos
RELATOR: Conselheiro Erasmo de Freitas Nuzzi
PARECER CEE Nº 2131/75, CSG, Aprov. em 13/8/75

PROCESSO CEE Nº 3145/75

PARECER CEE Nº 2131/75 -2-

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: Sibylla de Azevedo Ratto, filha do Osvaldo de Azevedo e de Ana de Barros Vidigal de Azevedo, nascida aos 08 de março de 1915, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.301 001, requer a este Conselho declaração da equivalência dos seus estudos ao da conclusão do ensino de 2º grau, para fins de prosseguimento de sua vida escolar, em nível superior.
2. A interessada, após o primário, concluído em 1929, fez o curso de Perito Contador, no Colégio Stafford, desta Capital, recebendo o respectivo diploma aos 13 de dezembro de 1932. (Documento de fls.3)
3. Em 1974 prestou concurso vestibular, e foi classificada, para ingresso na Faculdade de Belas Artes de São Paulo, mas não pode efetivar sua matrícula ante a dúvida referente à equivalência ou não dos seus estudos aos do segundo grau.
4. APRECIACÃO: No verso do diploma da interessada vem o rol das disciplinas estudadas, isto é: Português, Literatura, Francês, Inglês, Filosofia, Religião, Direito Civil, Direito Comercial, Contabilidade, Física, Química, Merceologia, Datilografia, Estenografia, Estatística e Finanças e História Natural, as quais compunham o currículo do curso de Perito Contador àquela época.
5. O Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, que regulava o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais, assim dispunha em seu artigo 9º, § 3º:
"Aos Contadores e Atuários, diplomados de acordo com a Legislação anterior, são atribuídos os mesmos direitos que se asseguraram aos bacharéis em ciências contábeis e atuariais diplomados nos termos do presente Decreto-lei".
6. O Parecer CEE nº 836/75, de autoria do nobre Conselheiro Olavo Baptista Filho, aprovado aos 12 de março de 1973, em sua fundamentação escolar.
" Por força que dispõe o Decreto-lei nº 7.988, de 20.09.45 que trate o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais, os contadores e atuários diplomados de acordo com

a legislação anterior, passaram a possuir os mesmos direitos que se asseguravam aos bacharéis diplomados nos termos do mesmo diploma".

"A Portaria nº 426/56, de autoria do então Ministro da Educação, Sr. Clovis Salgado, estabeleceu: "O Ministro da Educação, etc... ao homologar o Parecer nº 266/56, do Conselho Nacional de Educação, sobre a integral igualdade de direitos entre contadores e atuários diplomados de acordo com a legislação anterior ao aludido Decreto-lei e os bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais, diplomados em decorrência do mesmo Decreto-lei:

- a) considera desnecessário novo registro na Diretoria do Ensino Comercial ou apostila pela Diretoria do Ensino Superior;
- b) reconhece a suficiência do registro na Diretoria do Ensino Comercial, nos casos em apreço, aos registros da Diretoria do Ensino Superior".

7. Há numerosos outros pronunciamentos no mesmo sentido, cuja citação deixamos de fazer para não alongar demasiadamente esta fundamentação, vale dizer: todos proclamando que os detentores de diplomas de Perito Contador ou de Técnico em Contabilidade, expedidos até a data de vigência do Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, são titulares dos mesmos direitos assegurados àqueles que se diplomaram em curso de nível superior, nas áreas das Ciências Contábeis e Econômicas.

8. A requerente participou do concurso Vestibular onde logrou honrosa classificação, o que ressalta seus conhecimentos e demonstra a disposição da interessada em prosseguir seus estudos. Não há, pois, nenhum impedimento em se declarar a equivalência dos estudos feito pela requerente - curso de Perito Contador - nos idos de 1930-32 aos do término do segundo grau.

II - CONCLUSÃO

Ante o exposto, nosso voto é no sentido de que o curso de Perito Contador, feito por Sibylla de Azevedo Ratto, nos termos da legisla-

ção anterior ao Decreto-lei nº 7.988, de 22.09.45, é considerado equivalente aos do segundo grau do atual sistema escolar do Brasil.

São Paulo, 23 de julho de 1975

a) Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI- Relator.

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, JOÃO BAPTISTA SALLES DA SILVA.

Sala da Câmara do Segundo Grau, em 23 de junho de 1975

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Vice-Presidente
no exercício da Presidência

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O C E E aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 13 de agosto de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente